



POLÍCIA FEDERAL

LICI. TERMO DE REFERÊNCIA Nº 30443856/2023-SECOL/DPC/CGPLAM/DLOG/PF

1. **DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, XXIII, “A” E “I” DA LEI N. 14.133/2021).**

1.1. Aquisição de *Armas Eletrônicas de Incapacitação Neuromuscular e acessórios*, novos, em perfeitas condições, na embalagem original da fabricante, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Especificação	CATMAT	Unidade Medida	Quantidade	Valor Unitário USD	Valor Total USD	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
1	ARMA DE INCAPACITAÇÃO NEUROMUSCULAR TASER 7	150913	Unidade	1.317	\$ 1.615,03	\$2.126.994,51	R\$ 7.711,12	R\$ 10.155.547,99
2	BATERIA RECARREGÁVEL TASER 7, TÁTICA	21881	Unidade	1.418	\$ 85,00	\$ 120.530,00	R\$ 405,84	R\$ 575.482,54
3	COLDRE PARA TASER 7	150170	Unidade	1.317	\$ 83,16	\$ 109.521,72	R\$ 397,06	R\$ 522.922,40
4	CARTUCHO TASER 7 OPERACIONAL 3.5 GRAUS (COMBATE DISTANTE - NÃO SERIALIZADO)	112232	Unidade	8.707	\$ 38,76	\$ 337.483,32	R\$ 185,06	R\$ 1.611.347,86
5	CARTUCHO TASER 7 OPERACIONAL 12 GRAUS (COMBATE PRÓXIMO - NÃO SERIALIZADO)	112232	Unidade	8.707	\$ 38,76	\$ 337.483,32	R\$ 185,06	R\$ 1.611.347,86
6	CARTUCHO TASER 7 TREINAMENTO 3.5 GRAUS, (COMBATE DISTANTE)	112232	Unidade	8.807	\$ 38,81	\$ 341.799,67	R\$ 185,30	R\$ 1.631.956,70
7	CARTUCHO TASER 7 TREINAMENTO 12 GRAUS, (COMBATE PRÓXIMO)	112232	Unidade	8.807	\$ 38,81	\$ 341.799,67	R\$ 185,30	R\$ 1.631.956,70
8	CARTUCHO TASER 7 INERTE (DEMO) 3.5 GRAUS (COMBATE DISTANTE)	112232	Unidade	505	\$ 49,89	\$ 25.194,45	R\$ 238,20	R\$ 120.293,42
9	CARTUCHO TASER 7 INERTE (DEMO) 12 GRAUS (COMBATE PRÓXIMO)	112232	Unidade	505	\$ 49,89	\$ 25.194,45	R\$ 238,20	R\$ 120.293,42
10	LICENÇA DE 5 ANOS EVIDENCE.COM, TASER 7	27502	Unidade	1.317	\$ 280,00	\$ 368.760,00	R\$ 1.336,89	R\$ 1.760.681,50

11	BASE DE CARREGAMENTO E SINCRONIZAÇÃO (DOCA), 6 POSIÇÃO.	150500	Unidade	27	\$ 1.482,94	\$ 40.039,38	R\$ 7.080,45	R\$ 191.172,02
12	BASE DE CARREGAMENTO E SINCRONIZAÇÃO (DOCA), 1 POSIÇÃO.	150500	Unidade	50	\$ 353,28	\$ 17.664,00	R\$ 1.686,77	R\$ 84.338,53
13	TRAJE DE TREINAMENTO EM VELCRO PARA CARTUCHOS TASER® 7, MODELO HALT		Unidade	6	\$ 692,96	\$ 4.157,76	R\$ 3.308,61	R\$ 19.851,64
14	ALVO DE TREINAMENTO HÍBRIDO, VELCRO, TASER® 7		Unidade	13	\$ 138,59	\$ 1.801,67	R\$ 661,71	R\$ 8.602,25
VALOR TOTAL DAS AQUISIÇÕES						\$4.198.423,92		R\$ 20.045.794,85

para efeito dessa tabela utilizou-se a cotação do dólar conforme <https://www.bcb.gov.br/conversao>, na data de 02/08/2023

USD 1,00 = R\$ 4,7746, passível de variação da moeda norte americana na data da licitação.

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 2021.

1.3. *O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data da sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.*

1.4. O custo estimado total da contratação é de USD 4.198,423,92 (quatro milhões, cento e noventa e oito mil, quatrocentos e vinte e três dólares e noventa e dois centavos) correspondente a R\$ 20.045.794,85(vinte milhões, quarenta e cinco mil, setecentos e noventa e quatro reais e oitenta e cinco centavos), conforme conversão câmbio mencionado no rodapé da tabela acima.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA ‘B’, DA LEI Nº 14.133/2021).

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.3. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2023, conforme detalhamento a seguir:

2.4.1. ID PCA no PNCP: 00394494000136-0-000009/2023

2.4.2. Data de publicação no PNCP: 20/05/2023

2.4.3. Id do item no PCA: 36

2.4.4. Classe/Grupo: 1095 - armamentos diversos

2.4.5. Identificador da Futura Contratação: 200334-258/2022

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA ‘C’, E ART. 40, §1º, INCISO I, DA LEI Nº 14.133/2021)

3.1. *A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.*

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, XXIII, ALÍNEA ‘D’, DA LEI Nº 14.133/21)

4.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

4.1.1. *Sustentabilidade:*

4.1.1.1. *Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:*

- a) Todo o material será adquirido considerando a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010, Capítulo III, art. 5.º I, II, III e § 1.º, exceto aquele em que não se aplica a referida instrução.
- b) Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).
- c) Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- d) Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

4.1.2. Os equipamentos deverão ser fornecidos com GARANTIA TÉCNICA do FABRICANTE pelo período mínimo de 12 (doze) meses.

4.2. *Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.*

4.3. *Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, pelas razões abaixo justificadas:*

- a) Justifica-se a não exigência de garantia de execução em decorrência do pagamento ser após entrega única do objeto deste Termo de Referência, não implicando em riscos para a Administração Pública.

5. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (ARTS. 6º, XXIII, ALÍNEA “E” E 40, §1º, INCISO II, DA LEI Nº 14.133/2021).

5.1. *O prazo de entrega dos bens é de até 120 (cento e vinte) dias, contados da emissão da Ordem de Fornecimento, em remessa única, podendo ser prorrogado uma única vez, mediante justificativa formal da contratada e aceite da Administração Pública.*

5.2. *Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.*

5.3. *Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço Academia Nacional de Polícia - ANP - (Rodovia DF-001, KM 02, Setor Habitacional, Taquari - Lago Norte, Brasília - DF, 71559-900), sendo para tanto utilizado o INCOTERM DPU, sendo todos os custos da importação: seguro, frete, transporte, armazenagem, dentre outros da mercadoria até o destino serão custeados pela contratada. Estão inclusos os custos de armazenagem para o período no máximo (até 5 dias úteis) antes do desembarço alfandegário utilizando o RADAR da PF.*

5.3.1. A Polícia Federal ficará encarregada de realizar a escolta do transporte, trajeto: Aeroporto à Academia Nacional de Polícia (Rodovia DF 001 KM – 02 Setor Habitacional Taquari – Lago Norte – CEP: 71559-900 – Brasília DF);

5.3.2. Toda documentação deverá ser emitida em nome do Ministério da Justiça – Departamento de Polícia Federal – CNPJ: 00.394.494/0014-50, no seguinte endereço: SCN Q. 4, 5º Andar, Bloco C, Ed. Multibrasil Corporate - Edifício-Sede da Polícia Federal, - Bairro Asa Norte Brasília/DF CEP 70297-400, Telefone: (61) 2024-8510 E-mail: dpc.cgplam.dlog@pf.gov.br.

5.3.2.1. Todos os documentos necessários para o desembaraço aduaneiro dos produtos junto aos órgãos responsáveis deverão ser entregues sem ônus à Contratante no endereço referenciado neste item, observando a legislação vigente.

5.4. Os bens serão recebidos provisoriamente, na fábrica da empresa, de forma sumária, no prazo de até 5 (cinco) dias, após a realização dos testes previstos no Anexo III - Testes para Recebimento Provisório (28157082), por comissão de servidores desta EPC, Fiscalização e Instrutores, a ser definida em processo a parte, e, acaso aprovada, será confeccionado Termo de Recebimento Provisório e Autorização para Embarque para efeito de verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.6. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento do produto no endereço indicado, após o desembaraço aduaneiro, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

5.6.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

5.8. Os materiais de uso policial deverão ser novos, assim considerados de primeiro uso, em perfeitas condições de utilização, com garantia contra defeitos de fabricação, e deverão ser entregues na Academia Nacional de Polícia, conforme endereço especificado acima, acompanhados das respectivas Notas Fiscais;

5.9. A contratada promoverá Curso para Instrutores TASER 7 Certificados pela Axon Enterprise Inc., com ferramentas e suprimentos necessários à formação do 25 Instrutores.

6. ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL EXIGIDA E DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA (ART. 40, §1º, INCISO III, DA LEI Nº 14.133/2021)

6.1. Os equipamentos deverão ser fornecidos com GARANTIA TÉCNICA do FABRICANTE pelo período mínimo de 12 (doze) meses.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (ART. 6º, XXIII, ALÍNEA “F”, DA LEI Nº 14.133/21)

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

7.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is)/comissão do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).

7.3.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

- 7.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).
- 7.4. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).
- 7.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).
- 7.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).
- 7.6.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).
- 7.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).
- 7.8. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §1º).
- 7.9. *Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente o órgão ou entidade convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros (IN 5/2017, art. 44, §1º).*
- 7.10. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.
- 7.11. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.
- 7.12. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

8. **FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA ‘H’, DA LEI Nº 14.133/2021)**

- 8.1. *O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de inexigibilidade de licitação, com fundamento na hipótese do art. 74, I, da Lei nº 14.133/2021 (indicar o caput ou um dos incisos do art. 74, da Lei nº 14.133/2021, conforme o caso concreto).*
- 8.2. *Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:*
- a) SICAF;
 - b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
 - c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)
- 8.3. *A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.*
- 8.4. *Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.*
- 8.5. *A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.*

- 8.6. *O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.*
- 8.7. *Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.*
- 8.8. *É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.*
- 8.9. *Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.*
- 8.10. *Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.*
- 8.11. *Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.*
- 8.12. *As empresas estrangeiras que não funcionem no País deverão apresentar documentos equivalentes, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo federal.*

9. **ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 9.1. *As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União destinado à Polícia Federal.*
- 9.1.1. *A contratação será atendida pela dotação orçamentária conforme informação do setor competente antes da contratação, obedecendo todos os requisitos estabelecidos abaixo:*

Gestão/Unidade: [...];

Fonte de Recursos: [...];

Programa de Trabalho: [...];

Elemento de Despesa: [...];

Plano Interno: [...];

- 9.2. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

Integrante Requisitante Titular: Eduardo Hofmann
Cargo: Agente de Polícia Federal
Matrículas PF/SIAPE: 18.942 / 1991191

Integrante Requisitante Substituto: Lucian Ricardo Guedes Fidelis
Cargo: Perito Criminal Federal
Matrículas PF/SIAPE: 18911/2990384

Lotação: SEIP/DPC/CGPLAM/DLOG/PF
Integrante Técnico Titular: Paulo Santino Correa Júnior
Cargo: Agente de Polícia Federal
Matrículas PF/SIAPE: 16.121/1576305
Lotação: SEOP/DIDH/COEN/ANP/DGP/PF
Integrante Técnico Titular: Carlos Faria Junior
Cargo: Delegado de Polícia Federal
Matrículas PF/SIAPE: 8.976/2343090
Lotação: COT/DIREX/PF

Lotação: DGE/DLOG/PF
Integrante Técnico Substituto: Edimar Lopes de Moraes Junior
Cargo: Agente de Polícia Federal
Matrículas PF/SIAPE: 13.483/1503790
Lotação: SEOP/DIDH/COEN/ANP/DGP/PF
Integrante Técnico Substituto: Sebastião André Leite de Abreu
Cargo: Agente de Polícia Federal
Matrículas PF/SIAPE: 20.574/183372
Lotação: COT/DIREX/PF

DESPACHO DLOG/PF

1. Ciente.
2. Aprovo o presente Termo de Referência.

ANDRÉ LUÍS LIMA CARMO
Diretor de Administração e Logística Policial
Ordenador de Despesas

Brasília/DF, 02/08/2023



Documento assinado eletronicamente por **LUCIAN RICARDO GUEDES FIDELIS, Perito(a) Criminal Federal**, em 02/08/2023, às 11:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO HOFMANN, Agente de Polícia Federal**, em 02/08/2023, às 21:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS FARIA JUNIOR, Delegado(a) de Polícia Federal**, em 02/08/2023, às 13:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **PAULO SANTINO CORREIA JUNIOR, Agente de Polícia Federal**, em 02/08/2023, às 15:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **SEBASTIAO ANDRE LEITE DE ABREU, Agente de Polícia Federal**, em 02/08/2023, às 19:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANDRE LUIS LIMA CARMO, Diretor(a)**, em 03/08/2023, às 09:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=30446392&crc=5AD26BDE.

Código verificador: **30446392** e Código CRC: **5AD26BDE**.
